

01

**ENTRE “ENSINAR PREVENÇÃO”
E “FALAR SOBRE O CORPO”:
desvelando os sentidos dos
conceitos de sexo, sexualidade
e educação sexual nas falas de
professoras da educação infantil**

**BETWEEN “TEACHING PREVENTION”
AND “TALKING ABOUT THE BODY”:
unveiling the meanings of the
concepts of sex, sexuality, and
sex education in early childhood
education teachers’ narratives**

Leandro Antunes

Mestre em (Educação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC)

E-mail: pesquisador.profantunes@gmail.com





RESUMO

O artigo buscou desvelar as compreensões de professoras da Educação Infantil sobre os conceitos de sexo, sexualidade e Educação Sexual, analisando como eles são atravessados por formações marcadas por silenciamentos e visões reducionistas e podem influenciar as práticas de ensino. Fundamentado no materialismo histórico-dialético e na análise de conteúdo, o estudo identifica como essas concepções são atravessadas por referenciais sociais, culturais e formativos, que influenciam diretamente as práticas pedagógicas. As reflexões demonstram que, embora as respostas estejam ancoradas em perspectivas pedagógicas biologicistas e normativas, reflexo de processos históricos de repressão e ausência de discussões qualificadas, também emergem sinais de deslocamentos conceituais, indicando abertura a uma abordagem mais crítica, humanizadora e emancipatória da Educação Sexual e da sexualidade. As contradições presentes nas falas das professoras nos mostram a complexidade da realidade educacional e revelam tensões que, longe de serem negativas, representam possibilidades de transformação. Esses movimentos indicam que, mesmo diante de tabus sociais e institucionais, há um campo aberto para avanços rumo a uma Educação Sexual emancipatória, pautada na autonomia, nos direitos humanos, na criticidade e no reconhecimento da sexualidade como dimensão constitutiva da vida humana.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexualidade; Sexo; Educação Infantil; Formação Continuada.

ABSTRACT

This article sought to unveil the understandings of early childhood education teachers regarding the concepts of sex, sexuality, and sex education, analyzing how these concepts are shaped by training marked by silences and reductionist views, and how they can influence teaching practices. Based on historical-dialectical materialism and content analysis, the study identifies how these conceptions are traversed by social, cultural, and formative references that directly influence pedagogical practices. The reflections demonstrate that, although the responses are anchored in biological and normative pedagogical perspectives, reflecting historical processes of repression and the absence of qualified discussions, signs of conceptual shifts also emerge, indicating openness to a more critical, humanizing, and emancipatory approach to sex education and sexuality. The contradictions present in the teachers' statements highlight the complexity of the educational reality and reveal tensions that, far from being negative, represent possibilities for transformation. These movements indicate that, even in the face of social and institutional taboos, there is room for progress towards an emancipatory sex education, based on autonomy, human rights, critical thinking, and the recognition of sexuality as a constitutive dimension of human life.

Keywords: Sex Education; Sexuality; Sex; Early Childhood Education; Continuing Education.

1 INTRODUÇÃO: POR QUE AINDA NOS INIBIMOS DIANTE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Os debates e reflexões acerca dos conceitos básicos de Educação Sexual, sexo e sexualidade se fazem presentes cotidianamente em nossas vidas, seja intencionalmente ou não, ainda que se pense não haver diálogo com as crianças sobre essas questões no âmbito da Educação Infantil. Por ora, pesquisas como as de Carvalho (2021), Garbarino (2022), Antunes (2023), Machado (2024) e Antunes e Raupp (2024) nos apontam as dificuldades de professoras/es em trabalhar a Educação Sexual na infância, devido à falta de formação docente e ao medo das famigeradas e falaciosas “ideologias de gênero”, que podem surgir nas represálias de algumas famílias e até mesmo de outras/os professoras/es.

Diante dessa realidade, reafirmo o pensamento de Melo *et al.* (2011, p. 20-22) quando fazem o seguinte questionamento:

[...] afinal, por que ficamos ainda inibidos diante do tema sexualidade? [...] Será que simplesmente continuamos a repetir costumes acriticamente, repassando preconceitos, tabus, medos, sem nos questionarmos se eles servem ainda para a realidade em que vivemos? [...] Precisamos procurar conhecer melhor “qual é a nossa”, como diria um adolescente, em relação à sexualidade. Temos que buscar reconstruir as nossas verdades provisórias até

que outras venham a ser elaboradas pelas gerações que nos sucederem. Tudo isso sempre visando a uma vida plena, feliz e digna para todos.

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral desvelar, de forma crítica, as compreensões de docentes da Educação Infantil sobre os conceitos de sexo, sexualidade e Educação Sexual, de modo a contribuir para a formação continuada emancipatória das/os professoras/es. Nesse sentido, o estudo traz um recorte de uma dissertação defendida em 2023, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Catarina. A pesquisa, submetida à apreciação do Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, e aprovada sob o Parecer n. 5.722.160, buscou apontar o que docentes de Núcleos de Educação Infantil da região continental em Florianópolis compreendem por Educação Sexual, servindo como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória. O foco aqui será a compreensão dos conceitos básicos trazidos pelas professoras entrevistadas em resposta a um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado para conhecer o perfil das participantes.

A pesquisa fundamenta-se no paradigma do materialismo histórico-dialético, uma perspectiva do pensamento marxista que, conforme indica Yared (2016), concebe o ser humano, o conhecimento e o contexto social como

processos históricos, inacabados e em constante transformação. Nessa direção, adotou-se o método dialético, entendido, à luz de Diniz e Silva (2008), como aquele que reconhece a complexidade da realidade objetiva e requer a análise de totalidade, mudança e contradição. Esse referencial mostrou-se pertinente para interpretar as percepções das docentes sobre Educação Sexual na Educação Infantil, permitindo identificar permanências e tensões presentes nos discursos descritos pelas professoras.

O estudo caracteriza-se como exploratório, alinhado à concepção de Triviños (1987), segundo a qual esse tipo de investigação amplia a compreensão do fenômeno estudado com rigor metodológico. Para subsidiar teoricamente as análises, realizou-se uma revisão bibliográfica conforme as orientações de Gil (2017), que foram precisas para a compreensão da temática aqui estudada.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), a qual permitiu analisar de forma minuciosa as respostas trazidas pelas professoras, com base em suas compreensões conceituais. O material empírico resultou das respostas a um questionário semiestruturado aplicado via Google Forms, contemplando 29 docentes atuantes em 12 Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIMs) de Florianópolis, na região continental. A análise ocorreu de maneira sistemática, com a identificação

de categorias que refletiam práticas, concepções e visões de mundo das participantes.

Já a categorização fundamentou-se nos referenciais de Nunes (1996), articulados aos indicadores desenvolvidos por Kornatzki (2013) e retomados em Antunes (2023). Esses referenciais, organizados em cinco vertentes pedagógicas, orientaram a análise qualitativa das respostas abertas. As categorias, inicialmente definidas conforme o Quadro 1, foram refinadas ao longo da leitura analítica. Cada resposta foi examinada individualmente, considerando-se seu contexto, o que permitiu validar as categorias atribuídas e identificar possíveis lacunas nas compreensões apresentadas pelas professoras.

Assim, as categorias analíticas, fundamentadas nas vertentes pedagógicas de Nunes (1996), articuladas aos indicadores sistematizados por Kornatzki (2013) e reelaborados por Antunes (2023), operaram como mediações teórico-metodológicas à luz do materialismo histórico-dialético. Com isso, orientaram a leitura dos dados empíricos organizados nos quadros e possibilitaram observar as contradições, as permanências e os deslocamentos conceituais presentes nas compreensões das professoras.

Desse modo, torna-se fundamental promover reflexões entre professoras/es e demais profissionais da educação, apoiadas na compreensão de conceitos basilares, como

a distinção entre sexo (relacionado às características biológicas), sexualidade (vinculada a dimensões afetivas, sociais e culturais) e Educação Sexual (entendida como o conjunto de práticas pedagógicas emancipatórias voltadas à orientação, à proteção e à formação ética dos sujeitos).

Implementar ações intencionais e emancipadoras sobre Educação Sexual e sexualidade na Educação Infantil não significa introduzir conteúdos inadequados ou incentivar a vivência sexual de maneira precoce. Ao contrário, implica a construção de um ambiente educativo seguro e acolhedor, que favoreça o respeito às diferenças, a valorização do próprio corpo e a prevenção de situações de violência sexual.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CONCEITOS DE SEXO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

Neste início de diálogo, propõe-se compreender a criança enquanto sujeito histórico de direitos, e não como um “produto”, considerando sua essência e suas experiências de vida, que são construídas a partir das interações com o mundo e das características biológicas. A criança é corpo, maturação e desenvolvimento, mas também é efeito das condições que enfrenta, bem como de aspectos sociais, culturais e históricos. Nesse sentido,

[...] “ser criança” varia entre sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior de uma mesma família e varia de acordo com a segmentação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época (Sarmiento; Pinto, 1997, p. 17, grifos do autor).

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, constitui-se espaço privilegiado para o desenvolvimento integral da criança: físico, emocional, cognitivo e social (Brasil, 1996). É nesse ambiente que a criança amplia seu repertório, cria e constrói identidades, aprende a conviver e a se expressar em sociedade. Por isso, a Educação Infantil também se apresenta como campo fundamental para o trabalho com a sexualidade e a Educação Sexual, compreendendo que a sexualidade é inerente ao ser humano desde a infância e deve ser desenvolvida com respeito. Como nos sinaliza Oliveira (2016, p. 4):

A sexualidade é construída, basicamente, a partir das primeiras experiências afetivas do bebê com a mãe e com o pai ou quem cuida dele. Seguem-se as relações com a família, amigos, e as influências do meio social. A capacidade da mãe de tocar o filho, aconchegá-lo, acolhê-lo psicologicamente, será a base para o desenvolvimento da resposta erótica e da capacidade de construir vínculos amorosos e do desejo de aprender.

Apesar desse reconhecimento, a Educação Infantil ainda enfrenta inúmeros entraves quando o tema é sexualidade e Educação Sexual. Barreiras que partem das/os professoras/es, das equipes diretivas e, sobretudo, de uma sociedade patriarcal e hegemônica, que não compreende a criança como um ser sexuado. A sexualidade, por vezes, é vista com preconceitos, tabus e polêmicas, como afirma Rocha (2024, p. 24): “fomos ensinados a enxergar uma criança como um ser puro, inocente, angelical, assexuado, porque, na visão do senso comum, sexualidade e criança são conceitos que não combinam”. Além disso, Bortolozzi (2022, p. 10) salienta que ainda há professoras/es “bem-intencionados/as ao tratar da sexualidade, mas ainda há lacunas na sua formação que dificultam seu envolvimento de modo adequado nessa tarefa”. Ademais, essas lacunas estão suscetíveis a diversas influências, pois “posturas e as opiniões sobre a sexualidade envolvem dimensões morais, religiosas, históricas, etc., que todos/as nós, conscientemente ou não, carregamos a partir de nossa formação” (Bortolozzi, 2022, p. 9).

Compreender a criança como sujeito histórico-social-sexuado permite reconhecer que seu desenvolvimento resulta da interação entre dimensões culturais, biológicas e afetivas. Como destacam Sarmiento e Pinto (1997) e Oliveira (2016), a infância é uma construção social, e a sexualidade deve ser considerada dimensão constitutiva da criança

também na Educação Infantil. No entanto, como apontam Rocha (2024) e Bortolozzi (2022), persistem lacunas e tabus no processo formativo de professoras/es, o que mostra a necessidade de organização curricular e formação continuada que possibilitem reflexões críticas acerca da Educação Sexual e a compreensão da sexualidade como dimensão indissociável da criança ao longo da vida.

Diante desse percurso conceitual, observa-se que, embora haja consenso na literatura sobre a criança como sujeito histórico-social-sexuado e sobre a sexualidade como dimensão constitutiva do ser humano (Sarmento; Pinto, 1997; Oliveira, 2016; Antunes, 2025), ainda persistem contradições entre teoria e prática. Estudos como os de Rocha (2024) e Bortolozzi (2022) revelam que o senso comum e as lacunas na formação docente dificultam efetivar uma Educação Sexual emancipatória na infância, apesar de essa abordagem ser reconhecida na Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos (DDSDH) (WAS, 2014).

Conceituando-o de forma mais abrangente e reconhecendo-o como ponto de partida, mas não único, da experiência humana, o **sexo** se refere às práticas e relações sexuais (coito, na fase adulta), bem como às características físicas do ser humano, como seus órgãos sexuais – vulva e pênis –, isto é, o que nos torna sujeitos sexuados. Nesse sentido, Nunes e Silva (2006, p. 74) pontuam o “sexo como a marca biológica, a caracterização genital e natural”.

Assim, percebemos o sexo como uma dimensão biológica que constitui o ser humano, como salientaram Nunes e Silva (2006), reconhecendo que o conceito não deve ser tomado de forma reducionista, mas como ponto inicial para pensarmos as múltiplas dimensões da sexualidade. Nessa perspectiva, pensar sobre o conceito de sexo provoca a problematização dos atravessamentos culturais, sociais e históricos que dão sustentação e sentido para as vivências do ser humano, pois, embora a biologia seja importante e fundamental, ela não esgota a pluralidade dos modos de ser e se relacionar. É nesse ponto que se torna crucial abordar o conceito de sexualidade, que ultrapassa a ideia restrita ao ato sexual e se revela um aspecto integral e inseparável da experiência humana.

Falar sobre **sexualidade vai além do conceito tradicional de sexo**. “Sexualidade é o nome que damos para o aspecto da vida humana que inclui as sensações corpóreas e subjetivas que envolvem, também, as questões emocionais” (Maia, 2014, p. 2). No entanto, essa concepção é comumente associada à ideia de sexo. Mas, afinal, o que é sexualidade? A sexualidade é uma dimensão humana (Melo *et al.*, 2011, Nunes; Silva, 2006), porque inclui características como afeto, sentimentos, corpos, emoções, saúde física, toque, consentimentos, entre outras, ou seja, “é inseparável do existir humano, todos os seres humanos, queiram ou não,

saibam ou não, são educadores sexuais uns dos outros” (Antunes; Melo, 2023, p. 10).

Ao refletirmos sobre esse conceito, percebemos que a sexualidade é inerente ao ser humano. Somos sujeitos sexuados, pessoas que nascem com sexualidade, pois não podemos separá-la de quem somos, já que ela faz parte da nossa essência:

[...] sexualidade é um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experienciada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre expressadas ou sentidas. Sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (WAS, 2014).

Desse modo, podemos compreender que a sexualidade extrapola o ato sexual, como se é pensado. A sexualidade é a inteireza do ser humano: ela se interliga conosco desde o nascimento até a morte, permitindo que vivamos de uma maneira intensa, ao expressarmos emoções, estabelecermos vínculos e manifestarmos afetos e desejos. Ou seja, **a sexualidade é uma dimensão humana; é parte do**

nosso bem-estar ao longo da vida. Portanto, podemos “entender a sexualidade como uma dimensão humana, natural, espontânea, carregada de sentido e gratificação para a criança” (Nunes; Silva, 2006, p. 76).

É preciso compreender a sexualidade como uma dimensão

[...] inseparável da condição humana. Essa Sexualidade existe de forma intrínseca e está em processo contínuo de aprendizado que acontece por meio das relações entre o “Eu” e o “Outro” mediados pelo contexto social e cultural em que vivemos, ou seja, mediatizadas pelo mundo (Antunes, 2025, p. 1.403).

A sexualidade humana nos faz ver como ela é vivida e viva e nos ensina ao longo da vida. É nessa esteira que emerge a importância da Educação Sexual. **E o que é Educação Sexual?**

Nos últimos tempos, a Educação Sexual tem sido alvo de críticas, controvérsias e, até mesmo, “mudança de enfoque”, o que tem alimentado reflexões marcadas por valores culturais, crenças religiosas e estigmas sociais. No contexto educacional, ela se mostra um direito e uma necessidade para o desenvolvimento integral do ser humano, como esclarece, no seu item 10, a Declaração dos Direitos Sexuais, baseada nos Direitos Humanos (WAS, 2014):

O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer.

Nesse sentido, a Educação Sexual contribui para a promoção da saúde, o respeito às diversidades e a prevenção contra diversas violências. Saibamos ou não, quando bem desenvolvida, transcende a mera transmissão de informações sobre anatomia e reprodução – o que também é válido. Trata-se de um processo formativo contínuo, que acompanha o ser humano desde a infância, abrangendo fatores biológicos, emocionais, sociais e culturais, e possibilita a construção de um conhecimento mais amplo, de atitudes e valores capazes de orientar a vida afetivo-sexual de forma saudável e respeitosa.

Ribeiro (2013, p. 11) destaca que a Educação Sexual

[...] constitui um espaço importante para efetivação de propostas concretas de ação em que se combata a discriminação, o preconceito e a violência sexual, tanto simbólica quanto a real, e que é essencial a inserção de questões de diversidade de gênero na formação de professores em educação sexual.

A partir da ótica de Ribeiro (2013), pode-se compreender que a **Educação Sexual** na formação docente não só amplia o repertório pedagógico das/os professoras/es, mas também garante oportunidades para que as unidades educativas, as escolas ou outros espaços formativos atuem de maneira crítica e consciente sobre a temática da sexualidade, bem como sobre as desigualdades sociais.

Demarca-se aqui a defesa de que a **Educação Sexual** seja conceituada sob uma **perspectiva Emancipatória**, como preconiza Nunes (1996, p. 227), que nos diz:

[...] é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, complexidade, a riqueza única da sexualidade humana. Nesta direção o conceito emancipatório busca superar um conceito de alienação; entendemos que as abordagens delineadas anteriormente, presentes hoje em muitas propostas de educação sexual, poderiam todas ser circunscritas do conceito de alienação, próprio do pensamento marxista.

A Educação Sexual emancipatória pode ser observada a partir de três pontos de base crítica: I. **Historicidade e criticidade**, compreendendo o ser humano como sujeito histórico-social-cultural, capaz de analisar criticamente as relações de poder e os diferentes discursos sobre sexualidade e Educação Sexual; II. **Autonomia e liberdade**, visando preparar o ser humano para a tomada de decisões

conscientes sobre o seu próprio corpo e suas relações, livre das moralidades (religiosas e ideológicas), em linha com uma compreensão ética e consciente da sexualidade, para além de visões limitantes impostas por moralismos restritivos; III. **Transformação social**, sobrepujando o simples diálogo para transmissão de informações biológicas, a fim de criar uma prática comprometida socialmente em combater as desigualdades de gênero, os reducionismos acerca das sexualidades, os preconceitos e as violências, na esperança de um mundo mais justo, solidário e belo.

Em suma, uma Educação Sexual emancipatória se constitui como prática libertadora e dialógica, apoiada na historicidade e criticidade, na autonomia e liberdade e na transformação social. No Quadro 1, apresento outras vertentes pedagógicas estudadas como categorias prévias, já descritas por Nunes (1996) e sistematizadas por Antunes (2023), calcado em Kornatzki (2013) e amparado pela DDSH (WAS, 2014).

Quadro 1 – Vertentes pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), Kornatzki (2013) e DDS DH (WAS, 2014)

Vertentes pedagógicas estudadas como categorias prévias	Indicadores prévios desvelados como marcas das categorias da Educação Sexual
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	• Prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), contenção e higiene da sexualidade e genitália. • Reforço dos papéis sociais de homens e mulheres. • Educação sexista, baseada na heteronormatividade. • Visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais, entendidos exclusivamente como reprodutores masculino e feminino. • Transmissão de informações sobre as ISTs com enfoque no medo, e não na prevenção e no direito à saúde sexual. • Sexo/Sexualidade visto/a como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais. • Ausência de uma proposta educacional ampla, para além dos componentes biológicos e médicos.
Vertente pedagógica normativo-institucional	• Reforço dos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo de “ser homem e ser mulher”. • Visualização e conhecimento da família nuclear como a única família “certa”. • Padrão de corpo e beleza. • Casamento monogâmico heterossexual como único possível. • Normatização de padrões de beleza na sociedade, a ser seguidos por homens e mulheres.
Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	• Prazer sexual visto apenas como parte de uma mercadoria. • Produção e venda de cartilhas para ensinar “como viver melhor” sua vida sexual. • Terapias como autoajuda em consultórios televisivos. • Autoajuda vendida para “curar” e/ou melhorar a impotência sexual e ensinar como chegar ao ponto “G” da mulher.
Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	• Corpos objetificados e erotizados de mulheres e homens para fins capitalistas da mídia social.

Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSH (WAS, 2014)	• Educação sexual crítica e reflexiva, baseada em autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a própria sexualidade e a do outro. • Educação sexual promotora de autonomia e humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar. • Educação sexual voltada a oportunizar o reconhecimento do próprio corpo e da sua dimensão sexual. • Educação sexual libertadora e emancipatória, comprometida em desvencilhar o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica. • Concepção da sexualidade para além do senso comum. • Visão e linguagem positivas acerca da sexualidade. • Direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual. • Compreensão ontológica da sexualidade.
---	--

Vertentes pedagógicas estudadas como categorias prévias	Indicadores prévios desvelados como marcas das categorias da Educação Sexual
Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSH (WAS, 2014)	DDSDH (WAS, 2014) 1. O direito à igualdade e não discriminação. 2. O direito à vida, liberdade e segurança pessoal. 3. O direito à autonomia e integridade corporal. 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção. 6. O direito à privacidade. 7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual, com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. 9. O direito à informação. 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. 11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto. 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Fonte: Adaptado de Kornatzki (2013).

Após as análises do Quadro 1, fica evidente a existência de outras vertentes pedagógicas que abordam a Educação Sexual. Esse quadro se faz necessário para podermos compreender as visões descritas pelas professoras e identificar a vertente por meio da qual as professoras compreendem os conceitos de sexo, sexualidade e Educação Sexual.

3 A COMPREENSÃO DAS PROFESSORAS ACERCA DOS CONCEITOS BÁSICOS

Neste momento, é preciso nos debruçarmos sobre a compreensão das professoras acerca de sexo, sexualidade e Educação Sexual, pois tais entendimentos servirão de base para interpretar as práticas pedagógicas e esclarecer as concepções que, de alguma maneira, podem favorecer ou limitar a abordagem dessa temática na Educação Infantil.

Para esse desvelar, ancoro em Antunes (2023), que buscou investigar as concepções das professoras elencando no questionário de pesquisa a seguinte proposta: “Para início de conversa, convido você a responder o que compreende por: Sexo; Sexualidade e Educação Sexual” (Antunes, 2023, p. 184). Assim, serão replicados aqui os quadros que sistematizam as respostas fornecidas pelas professoras em relação aos conceitos. A partir desse material sistematizado e cotejado, desenvolveram-se análises orientadas pelos indicadores inspirados nas vertentes de Nunes (1996) e pelos indicadores apontados por Antunes (2023).

No Quadro 2, podemos analisar as respostas à pergunta “O que as docentes compreendem por sexo?”:

Quadro 2 – O que as docentes compreendem por sexo?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
Praia Rita Maria	<i>O que diferencia o homem e a mulher da espécie.</i>
Praia do Forte	<i>Ato de se relacionar mais intimamente.</i>
Praia do Garcia	<i>Homem x mulher, depende: feminino ou masculino.</i>
Praia da Armação	<i>Quando duas pessoas, em suma, realizam um ato sexual, tendo relações íntimas, isso inclui relações diretas ou indiretas.</i>
Praia da Sinhá	<i>Penso ser um conjunto de características que diferenciam, numa espécie, os machos e as fêmeas e que lhes permitem reproduzir-se.</i>
Praia do Santinho	<i>Assim que nasce, o sexo da criança é definido de acordo com o órgão genital dela. Portanto, sexo serve como um marcador para diferenciar as características biológicas dos seres humanos.</i>
Praia do Itaqui	<i>Relação íntima entre duas pessoas.</i>
Praia da Tipitinga	<i>Características que distinguem o ser humano em sua formação corporal, macho e fêmea, e que, em decorrência disso, possibilitam a reprodução de outro ser humano.</i>
Praia de Canasvieiras	<i>É uma categoria que difere/distingue um conjunto de características biológicas entre masculino e feminino, macho e fêmea, aparelho reprodutor masculino e aparelho reprodutor feminino. É considerado, também, o ato sexual realizado entre as pessoas.</i>

LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSDH

Após ler e analisar as respostas descritas pelas professoras, constato que, na categoria sexo, prepondera a vertente pedagógica biológico-reprodutivista, sinalizada na cor azul. Segundo Nunes (1996, p. 140), “a interpretação biologista é reducionista, [...] fazendo com que a sexualidade seja vista como uma mera força propulsora da procriação”. Posso concordar com as respostas das professoras, por compreenderem sexo como ato ou até mesmo como diferença da genitália, pois vão ao encontro do que afirmam Nunes e Silva (2006), para quem sexo é uma marca biológica.

É visível que os indicadores do Quadro 1 relacionados à vertente pedagógica biológico-reprodutivista são analisados pelas professoras, no Quadro 2, como *Visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais, entendidos exclusivamente como reprodutores masculino e feminino*. As professoras Praia do Itaqui, Praia da Armação e Praia do Forte destacam as relações sexuais, isto é, o sexo como aparelho reprodutor. Já as demais professoras enfatizam o sexo como a diferenciação da genitália e o ser homem e mulher. É compreensível que as respostas ainda reflitam o viés biológico-reprodutivista, porque são influenciadas pela criação das professoras e pelo que estas (e muitas/os de nós) aprenderam. Contudo, por vivermos em um mundo que nos possibilita a transformação social, podemos avaliar diariamente nossas concepções, entendendo que sexo não seria só isso, mas uma troca de carinho, de cuidado entre pessoas adultas, algo além da dimensão biológica e reprodutiva.

Agora, podemos analisar o Quadro 3, que traz as compreensões das professoras sobre o conceito de sexualidade.

Quadro 3 – O que as docentes compreendem por sexualidade?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
Praia Rita Maria	<i>É o que caracteriza o sexo.</i>
Praia da Armação	<i>Sexualidade é baseada em descobertas da sua orientação/identidade sexual, atividade sexual e experiência sexual.</i>
Praia da Joaquina	<i>A atração física que sentimos ao tocar ou sentir uma pessoa com quem nos relacionamos.</i>
Praia da Tipitinga	<i>São as especificidades de cada sexo na sua composição corporal.</i>
Praia Mole	<i>Sexualidade humana representa o conjunto de comportamentos que concernem à satisfação da necessidade e do desejo sexual.</i>
Praia da Daniela	<i>É a atração física que sentimos por outras pessoas e que nos leva a ter relações sexuais.</i>
Praia do Arataca	<i>Relacionada à afetividade e amor, para além dos reconhecimentos do corpo e das opções de cada um.</i>
Praia dos Ingleses	<i>Sensação prazerosa de conhecer seu corpo. Criança quando descobre sua sexualidade, hormônios.</i>
Praia do Gravatá	<i>Sensações, sentimentos e atração.</i>
Praia do Itaqui	<i>Prazer, descoberta do seu corpo, desejos, satisfação, aceitação, capacidade de se sentir à vontade com suas escolhas sexuais.</i>
Praia de Jurerê	<i>Todas as questões que envolvem o corpo, como me sinto, como me vejo, onde gosto ou não gosto de ser tocada, como meu corpo reage ao corpo dos outros.</i>
Praia da Galheta	<i>Falar sobre os desejos, conhecer o corpo...</i>
Praia do Moçambique	<i>Sexualidade está ligada com sua orientação sexual, atração sexual, prazer, descobrimento do corpo...</i>

LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSH

Fonte: Antunes (2023, p. 105-106).

Observa-se que o quadro delineia respostas que transitam da vertente pedagógica biológico-reprodutivista para a vertente pedagógica emancipatória.

No que tange às respostas das professoras Praia Rita Maria, Praia da Armação, Praia da Joaquina, Praia da Tipitinga, Praia Mole e Praia da Daniela, é possível verificar que espelham a preponderante vertente pedagógica biológico-reprodutivista, sinalizada em azul, pois discorrem sobre a sexualidade com base nos indicadores *Visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais, entendidos exclusivamente como reprodutores masculino e feminino e Sexo/Sexualidade visto/a como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais*. Essas percepções são comuns quando não se conhece, de fato, o conceito de sexualidade, diante dos tabus que a sociedade impõe.

Conforme Nunes (1996, p. 143), “temos que observar que a sexualidade é muito mais do que a mera descrição funcionalista dos aparelhos de funções procriativas, é mais do que o detalhismo asséptico da genitalidade”. A sexualidade não se restringe ao sexo, envolve as relações, os afetos, as emoções que compõem a dimensão humana. Mas “a sexualidade até hoje abordada na grande maioria das escolas brasileiras fundamenta-se nesta concepção médico-biologista” (Nunes, 1996, p. 143). Assim, reafirma-se a necessidade de uma compreensão ampliada da sexualidade,

que ultrapasse modelos reducionistas e possibilite práticas educativas mais humanas, críticas e integradas à realidade das crianças.

As respostas das professoras exprimem uma formação pedagógica repressora, que ainda está presente em nossa sociedade e nos espaços educativos. Esse prisma advém de uma cultura hegemônica, que perpassa o modo de vida das pessoas, implicando a normatização da sexualidade em uma perspectiva biológico-reprodutivista.

Mas, para além do viés biológico, o Quadro 3 também mostra, na cor rosa, a vertente pedagógica emancipatória emergir com expressão e sinais de esperançar. Nessa perspectiva, a sexualidade é compreendida de forma ampliada, humana e integral, distanciando-se de modelos biológicos. Reconhece-se que a sexualidade contempla afetividade, emoções, descobertas corporais, sentidos, relações e autonomia. Isso permite que o sujeito (re)conheça a si mesmo e o outro de maneira ética e respeitosa.

Nesse trilhar, as respostas ao questionário sinalizam que as professoras concebem a Educação Sexual emancipatória como “aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza da sexualidade humana” (Nunes, 1996, p. 227). Assim, saliento que tais respostas coadunam com os indicadores do Quadro 1 relativos à vertente pedagógica emancipatória, nela inserida

a DDSH (WAS, 2014), como, por exemplo: *Educação sexual voltada a oportunizar o reconhecimento do próprio corpo e da sua dimensão sexual*. A adesão a uma perspectiva ampliada torna-se evidente quando a Praia do Arataca relaciona sexualidade a “*afetividade e amor, para além dos reconhecimentos do corpo e das opções de cada um*” (Praia do Arataca, 2022). Tal concepção aproxima-se da ideia de sexualidade como “busca constante de um despertar da consciência crítica, ajudando as pessoas a escolherem seus caminhos sem amarras, sem medos, e com conhecimento de sua importância nas diversas relações sociais” (Melo *et al.*, 2011, p. 50).

Sinais de abertura para essa mudança também aparecem na fala da Praia dos Ingleses (2022): “*Sensação prazerosa de conhecer seu corpo*”. Destaca-se, então, que as professoras, ao se alinharem a essa perspectiva, já revelam compreender que “a dimensão sexualidade é inseparável do processo sócio-histórico da constituição da vida dos seres humanos” (Yared; Melo, 2018, p. 177), deixando evidente, em suas respostas, que a sexualidade acompanha o sujeito ao longo de toda a sua existência.

Prosseguindo na análise realizada a partir do comparativo entre as concepções de sexualidade expressas pelas professoras, incluindo os indicadores das vertentes pedagógicas do Quadro 1, é pertinente lembrar que Freire

(2021) enfatiza não existir quem saiba mais ou menos, o que existem são saberes diferentes. Tal entendimento reforça que o conhecimento emerge das experiências cotidianas vividas nos diversos contextos. Em muitos momentos, esses saberes podem aparentar contradições, como acontece nesta pesquisa, em que as respostas transitam simbolicamente entre o “azul e o rosa”, mas isso decorre do fato de que as professoras estão em constante processo de construção, reelaboração e ressignificação de suas compreensões.

Essas professoras enfrentam desafios diários em suas práticas com as crianças e no convívio com outros profissionais dos NEIMs, desafios que são motivados pelo contato entre diferentes realidades e que, inevitavelmente, influenciam os modos de pensar e agir das docentes. Assim, não se trata somente de julgar os saberes das professoras, mas de reconhecer a potência que emerge dessas tensões, entendendo que nas aparentes contradições pulsa o movimento vivo de transformação.

A partir disso, avançamos agora para a análise das respostas das professoras especificamente sobre o conceito de Educação Sexual, constantes no Quadro 4.

Quadro 4 – O que as docentes compreendem por Educação Sexual?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
Praia da Joaquina	<i>Preparação, conversa, estudos para preparar alguém para a vida sexual.</i>
Praia dos Ingleses	<i>Orientação sobre os órgãos sexuais.</i>
Praia de Itaquí	<i>É o ensino de questões que esclarecem sobre o sexo geral.</i>
Praia de Canasvieiras	<i>É um meio de ensinar questões relacionadas ao sexo.</i>
Prainha	<i>Educação que a gente recebe de nossos pais (comportamento) ou de um núcleo especializado para falar de assuntos relacionados a sexo, gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).</i>
Praia da Tapera	<i>Ensinar prevenção e cuidados na adolescência.</i>
Praia Mole	<i>Educação sexual é o ensino sobre a anatomia, a psicologia e aspectos comportamentais relacionados à reprodução humana.</i>
Praia Rita Maria	<i>Compreensão do seu corpo, temas e conceitos que auxiliam a esclarecer a sexualidade.</i>
Praia do Müller	<i>Conteúdo educacional voltado para o conhecimento do corpo, seu desenvolvimento, diferenças de gênero, sexo, reprodução humana, gravidez, contracepção, efeitos hormonais etc.</i>
Praia do Garcia	<i>Conversar, explicar, conhecer, modo de ver e agir em certas situações do dia a dia em escolas, creches, locais públicos, entre outros.</i>
Praia da Armação	<i>Ensino de aspectos comportamentais, anatomia, responsabilidade sexual, proteção sexual e abuso.</i>
Praia da Sinhá	<i>Acredito ser um método de ensinar e esclarecer questões relacionadas à sexualidade que muitas crianças precisam saber desde pequenas, como: sexo, gravidez, aborto, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis.</i>
Praia do Gravatá	<i>Esclarecer as pessoas sobre a vida sexual.</i>
Praia Catacanga Mirim	<i>É o ensino sobre o corpo, aspectos comportamentais, sexuais, preservação e informação.</i>

PROFESSORAS	RESPOSTAS
Praia do Santinho	<i>No meu ponto de vista, é um assunto de suma importância que deve ser discutido nas escolas, para que as crianças e os adolescentes possam esclarecer dúvidas.</i>
Praia da Tipitinga	<i>Orientações que buscam esclarecer e ensinar a respeito da sexualidade.</i>
Praia do Campeche	<i>Ensinar e esclarecer questões sobre sexualidade.</i>
Praia de Canajurê	<i>Educação sexual é o nome do processo que visa a ensinar e esclarecer questões relacionadas à sexualidade.</i>
Praia de Jurerê	<i>Uma área que pretende orientar o educando quanto aos cuidados com seu corpo, quanto à autoestima e prevenção de abusos.</i>
Praia Brava	<i>Falar sobre o corpo, reprodução, formas de prevenção, limites etc.</i>
Praia da Galheta	<i>Um tema que orienta crianças a conhecer o seu corpo e se proteger de algo que possa interferir negativamente no seu corpo, entender e diferenciar entre carinho e abuso.</i>
Praia do Sambaqui	<i>Uma educação que visa às questões biológicas, buscando contribuir para o conhecimento do corpo, das relações afetivas, quebrando preconceitos e principalmente promovendo conscientização dos educandos no que se refere a essas questões.</i>
Praia do Moçambique	<i>Educação sobre o próprio corpo, seus limites, respeito aos outros corpos...</i>
Praia da Daniela	<i>São as orientações que são dadas aos adolescentes, jovens e até adultos com o objetivo de terem uma vida sexual segura e responsável.</i>

LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDS DH

Fonte: Antunes (2023, p. 108-109).

Mediante a análise das compreensões apresentadas, observa-se que, no tocante à Educação Sexual, ainda predomina um conjunto significativo de respostas alinhadas à vertente pedagógica biológico-reprodutivista, a qual “reduz a dimensão humana ontológica a uma concepção funcionalista” (Nunes, 1996, p. 139). Um exemplo expressivo disso é o que Prainha (2022) compreende por Educação Sexual: “a educação que a gente recebe de nossos pais (comportamento) ou de um núcleo especializado para falar de assuntos relacionados a sexo, gravidez ou DST”. Esse enunciado ilustra o indicador *Transmissão de informações sobre as ISTs com enfoque no medo, e não na prevenção e no direito à saúde sexual*, referente à perspectiva biológico-reprodutivista, como exposto no Quadro 1.

Nessa mesma direção, as respostas identificadas com a cor azul mostram-se alinhadas a um discurso conservador, conforme também analisado por Nunes (1996, p. 142), “tornando-se de certa maneira um discurso oficial que tinha por finalidade amedrontar as massas adolescentes e a juventude de ter acesso a uma prática da sexualidade”. Tal visão restrita sobre a Educação Sexual ainda se apresenta compreensível, considerando-se, como já discutido, que a trajetória escolar de muitos sujeitos, inclusive a do próprio pesquisador (Antunes, 2023), foi marcada por formações pouco emancipadoras nesse campo. Isso, porém,

não invalida os conhecimentos construídos ao longo da escolaridade, os quais contribuíram significativamente para o desenvolvimento de uma postura crítica na abordagem do tema na atualidade.

Em contraposição, o quadro em rosa revela, de maneira simultânea e até contraditória, sinais consistentes de esperança, indicando aproximações com os indicadores da vertente pedagógica emancipatória quando as professoras refletem sobre a categoria Educação Sexual. É possível identificar diversas respostas que dialogam com esses referenciais, como a da Praia do Sambaqui (2022), ao afirmar que se trata de

[...] uma educação que visa às questões biológicas, mas buscando contribuir para o conhecimento do corpo, das relações afetivas, quebrando preconceitos e principalmente promovendo conscientização dos educandos no que se refere a essas questões.

Tal compreensão evidencia uma Educação Sexual crítica e reflexiva, alicerçada na autonomia, na humanização, no diálogo, na criticidade e na valorização de relações saudáveis e positivas consigo e com o outro.

Essa vertente da Educação Sexual emancipatória já vem sendo mencionada há 14 anos pelas pesquisadoras Melo *et al.* (2011, p. 37, grifos nossos) e

[...] visualizada como uma **intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional** que sempre está **ocorrendo nas relações sociais**. Essa abordagem mostra-se como um veio temático político-pedagógico fundamental que busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões, posturas fundamentais na busca do desenvolvimento pessoal do ser **humano como um ser corporificado, sexuado, contribuindo na busca de cidadania para todos**.

À luz das autoras mencionadas, observa-se que essa abordagem se inscreve em uma perspectiva intencional, qualitativa e humanista, orientada para a formação cidadã e para a promoção da igualdade de direitos humanos, incluindo os direitos sexuais, indissociáveis dos demais. Nessa vertente pedagógica, a Educação Sexual ultrapassa o enfoque biológico-reprodutivista, abrangendo dimensões como identidade de gênero, orientação sexual, relações afetivas e sexuais, consentimento, prazer, respeito à diversidade, entre outras. Além disso, fortalece o enfrentamento às diversas formas de discriminação, conforme previsto na Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos.

Cabe destacar que é plenamente compreensível que cada professora tenha apresentado, em algum momento, concepções alinhadas à vertente biológico-reprodutivista no que se refere aos termos “sexo”, “sexualidade” e “Educação Sexual”. Isso ocorre porque suas respostas são fruto de

processos formativos marcados por uma Educação Sexual de caráter repressivo, vivenciada nos âmbitos familiar, escolar e social, considerando que tais

[...] processos de relações entre os seres humanos, portanto todo processo de educação sexual sempre está fundamentado em uma visão de mundo que inclui um conceito de sexualidade e de sexo, mesmo que não se tenha clareza disto (Melo *et al.*, 2011, p. 28-29).

Dessa forma, ao analisar as respostas apresentadas nos Quadros 2, 3 e 4, constata-se que, embora inicialmente pareçam aproximar-se da vertente repressora biológico-reprodutivista, as professoras já deixam entrever, nas respostas que refletem indicadores da Educação Sexual emancipatória, sinais de transição paradigmática. Nas contribuições destacadas em rosa, aderem de maneira clara aos seguintes direitos previstos na DDSH (WAS, 2014): (3) direito à autonomia e integridade corporal; (5) direito de estar livre de qualquer forma de violência ou coerção; (9) direito à informação; e (10) direito à educação, incluindo o direito a uma Educação Sexual fundamentada e esclarecedora.

A Educação Sexual emancipatória, no geral, é uma abordagem que tende a transformar crianças, jovens e adultos em sujeitos autônomos, críticos, conscientes de suas historicidade e inserção social. Como resultado, formam-se

peças capazes de compreender e questionar o modelo hegemônico cultural sobre sexo, gênero e sexualidade, fundamentadas na promoção de direitos, no respeito à diversidade e na superação de estruturas opressoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRADIÇÕES QUE REVELAM CAMINHOS

Esta pesquisa buscou desvelar a compreensão de professoras da Educação Infantil sobre os conceitos de sexo, sexualidade e Educação Sexual, a partir de um recorte de dissertação. O estudo evidenciou que, embora a sexualidade esteja presente, desde a infância, como dimensão constitutiva do ser humano, ainda persiste uma forte influência de visões reducionistas, ancoradas em perspectivas biológicas e normativas. Tais compreensões refletem processos formativos marcados por silenciamentos estruturais e por um histórico de repressão em torno do tema, o que repercute diretamente nas práticas pedagógicas cotidianas.

De acordo com os resultados deste trabalho, ao mesmo tempo que há respostas das professoras vinculadas a uma visão tradicional e reprodutivista, emergem também sinais de deslocamentos conceituais, com abertura para a construção de uma abordagem crítica e emancipatória da Educação Sexual. Esse movimento nos mostra que, apesar dos entraves sociais e institucionais, existe um campo fértil

para transformação, sustentado pela reflexão crítica e pelo diálogo entre teoria e prática.

A análise demonstrou que as professoras transitam entre concepções contraditórias, revelando tanto marcas de uma formação repressora quanto indícios de resistência e de reinvenção. Esse caráter contraditório, longe de ser um problema, deve ser compreendido como expressão da complexidade do cenário educacional e como possibilidade de avanço.

Sob a luz do materialismo histórico-dialético, as falas das professoras não são vistas como incoerentes, expressam uma realidade marcada por movimentos simultâneos de permanência e superação. Por um lado, as professoras citam concepções pedagógicas biologicistas e normativas, especialmente ao definirem o conceito de sexo; por outro, ao dissertarem sobre a sexualidade e a Educação Sexual, revelam compreensões que incorporam afetividade, autonomia, limites corporais e o direito das crianças à proteção. Isso denota sujeitos em processo de formação, que convivem tanto com referenciais tradicionais quanto com novas possibilidades de pensar e praticar a Educação Sexual na Educação Infantil. É nesse tensionamento que se encontram as sementes de uma práxis transformadora, capaz de contribuir para a superação de tabus, preconceitos e violências.

Essa constatação aponta também para uma lacuna importante: a necessidade de aprofundar o debate sobre

como as/os professoras/es compreendem os conceitos de sexo, sexualidade e Educação Sexual e entender de que forma tais compreensões impactam as práticas pedagógicas. Assim, para pesquisas futuras, torna-se indispensável investigar de que maneira a formação inicial e continuada de professoras/es pode contribuir para superar entraves, romper com visões reducionistas e fortalecer a Educação Sexual Emancipatória no cotidiano da Educação Infantil.

Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade da formação continuada das/os professoras/es em uma perspectiva emancipatória. Tal formação não deve ser pensada apenas como atualização técnica, mas como processo de conscientização crítica-reflexiva, que permita às/aos professoras/es reconhecerem a sexualidade como dimensão integral da vida humana e como direito inalienável das crianças. Uma formação intencional e dialógica é condição essencial para romper com práticas restritivas e consolidar propostas pedagógicas comprometidas com a liberdade, a autonomia e o respeito às diversidades.

Portanto, compreender a sexualidade na infância e investir em uma Educação Sexual emancipatória é afirmar o direito das crianças a viverem em um ambiente educativo seguro, ético e humanizador. Mais do que prevenir riscos, trata-se de promover uma educação que valorize o corpo, o afeto e a diversidade, reconhecendo cada sujeito em sua

singularidade. Ao trazer à baila os limites e as potencialidades das concepções das professoras, este artigo contribui para fortalecer a luta por uma educação libertadora, que, nas palavras de Freire (2021), se constrói sempre “de A com B, mediado pelo mundo”, uma educação comprometida com a transformação social e com a construção de um futuro mais justo, plural e humano.

Nesse sentido, enquanto professoras/es, agentes de transformação, precisamos desafiar silêncios e tabus na Educação Infantil – primeiro passo para uma Educação Sexual Emancipatória e verdadeiramente humana. Assim, reafirma-se que a Educação Sexual emancipatória não é um complemento na Educação Infantil, mas um horizonte de mundo, em que conhecer o próprio corpo, a si e o outro se torna exercício de dignidade e de liberdade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Leandro. **Compreensão de docentes de núcleos de educação infantil sobre educação sexual como subsídios a projetos de formação continuada**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2023.

ANTUNES, Leandro. Perspectivas docentes sobre educação sexual nas salas de referência: relatos e reflexões na educação infantil. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 1396-1418, 2025. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/18739>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ANTUNES, Leandro; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. **Dialogia**, [s. l.], n. 43, p. e23175, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23175>. Acesso em: 6 ago. 2025.

ANTUNES, Leandro; RAUPP, Graziela. A relevância da formação continuada de educadoras/es sexuais: um olhar sobre as concepções e práticas docentes. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. AR08, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/34574/18381>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia. **Sexualidade na infância**: manual para educadores/as. São Paulo: Gradus, 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 jan. 2026.

CARVALHO, Hanielly Cristinny Mendes. **Educação sexual na formação de professores:** caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Urutaí, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1718/1/Dissertação.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2025.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica.** Campina Grande: UEPB; Natal: UFRN, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 77. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GARBARINO, Mariana Inés. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 63, p. e216316, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668815/28186>. Acesso em: 24 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KORNATZKI, Luciana. **Educação sexual intencional em livros para a infância:** um estudo de suas vertentes pedagógicas. 2013. 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006d/00006dc9.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e educação sexual.** Acervo Digital UNESP, 10 jul. 2014. Disponível em: https://acervo-digital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

MACHADO, Aline Maria. **Estudo de caso sobre a compreensão da categoria educação sexual por professores/as de educação infantil:** do prescrito ao vivido. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/11136/Aline_Maria_Machado___Disserta__o_17395703013921_11136.pdf. Acesso em: 2 jan. 2026.

MELO, Sonia Maria Martins de *et al.* **Educação e sexualidade:** Caderno Pedagógico. 2. ed. rev. Florianópolis: UDESC; CEAD; UAB, 2011. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/documentos/Caderno_Pedag_gico_Educa__o_e_Sexualidade___CEAD_UDESC_15508548474075_1217.pdf. Acesso em: 4 jan. 2026.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação:** as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar. 1996. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1996. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/102903>. Acesso em: 4 jan. 2026.

NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança:** subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Arlete Piccolo de. **Sexualidade e educação infantil:** uma visão histórica, teórica e cultural. São Paulo: Ed. Autor, 2016.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Apresentação:** a educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. *In:* RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amelia de Souza (org.). **Formação docente em gênero e sexualidade:**

entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis: De Petrus; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 7-15.

ROCHA, Leiliane. **Como falar sobre sexualidade com as crianças:** um guia prático de educação sexual infantil para pais. Bauru: Astral Cultural, 2024.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças, contextos e identidades.** Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança; Ed. Bezerra, 1997. p. 9-30.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH (WAS). **Declaração dos direitos sexuais.** Stellenbosch: WAS, 2014. Disponível em: https://www.worldsexualhealth.net/_files/ugd/793f03_18d1707e4a4748a39b047b3729c8d38f.pdf?index=true. Acesso em: 20 ago. 2025.

YARED, Yalin Brizola. **Do prescrito ao vivido:** a compreensão de docentes sobre o processo de educação sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de Medicina. 2016. 443 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://sistemabuuDESC.br/pergamumweb/vinculos/000024/0000248e.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2026.

YARED, Yalin Brizola; MELO, Sonia Maria Martins de. Opção sexual ou orientação sexual? A compreensão de professores de um curso de Medicina sobre sexualidade. **Revista Portuguesa de Educação**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 175–195, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/15350>. Acesso em: 27 out. 2025.